



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0016128-95.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Monitória - Contratos Bancários**
 Requerente: **Banco do Brasil Sa**
 Requerido: **J K São Carlos Ltda Me e outros**

Juiz de Direito: **Dr. Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

BANCO DO BRASIL S.A. propõe ação monitória contra **J. K. SÃO CARLOS LTDA – ME, JEFFER MORILAS PASTRO, SILVIA HELENA SANNICOLO PASTRO** sustentando a existência de dívida lastreada em “contrato de abertura de crédito – BB Giro Empresa Flex Nº 306.203.864” contra os réus, devedores solidários.

Após regular citação (fl. 42), em embargos, os requeridos sustentaram a carência da ação em razão de o contrato ter sido resultado de outras situações de nulidade entre as mesmas partes. No mérito, pediram a nulidade da cláusula que prevê multa por inadimplemento e comissão de permanência, e argumentaram que o valor é excessivo, tendo havido anatocismo e juros exacerbados, pugnando pela procedência dos embargos.

Gratuidade indeferida aos réus (fl. 524). Decisão agravada, conforme comunicado às fls. 528/542. Negou-se provimento ao recurso (fls. 544/549).

Os embargantes foram intimados para recolher os honorários periciais, mas se mantiveram inertes.

É o relatório.

Fundamento e Decido.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

O julgamento no estado está autorizado pela desnecessidade de qualquer outro elemento além dos já constantes dos autos.

Aliás, o fato de existirem negócios jurídicos entre as partes anteriormente, em nada obsta a pretensão, não havendo que se falar em carência, inclusive porque o instrumento ora utilizado é adequado e necessário para o fim almejado.

Pois bem.

De início, a cédula de crédito bancário é título executivo extrajudicial, nos termos da Lei 10.931/04, sendo possível a monitória, como já decidido.

Na mesma linha, possível a capitalização de juros em periodicidade inferior a um ano nos contratos firmados em data posterior a edição da Medida Provisória n. 1.963/2000 (após 31 de março de 2000), o que se dá no caso dos autos.

“A capitalização dos juros é admissível quando pactuada e desde que haja legislação específica que a autorize. Assim, permite-se sua cobrança na periodicidade mensal nas cédulas de crédito rural, comercial e industrial (Decreto-lei n. 167/67 e Decreto-lei n. 413/69), bem como nas demais operações realizadas pelas instituições financeiras integrantes do Sistema Financeiro Nacional, desde que celebradas a partir da publicação da Medida Provisória n. 1.963-17 (31.3.00)” (AgRg. no AREsp. n. 90.109, rel. Min. Sidnei Beneti, j. 19.4.2012).

Nesse ponto, o contrato entabulado pelas partes prevê a incidência de juros mensais pela utilização do limite de 1,711% (fl. 14) o que permite a conclusão de terem sido pactuados na forma capitalizada, pois “a previsão no contrato bancário de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal é suficiente para permitir a cobrança da taxa efetiva anual contratada.” (Rec. Esp. 973.827/RS, Segunda Seção, Rel. p/ acórdão Min. Maria Isabel Galotti, Rel. sorteado Min. Luis Felipe Salomão, DJe



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

24.9.2012).

Sobre a admissibilidade da cobrança de comissão de permanência, de igual modo, a exigência à taxa vigente no mercado financeiro e durante o período de inadimplência nada tem de ilegal. Não se trata de cláusula potestativa, porque a fixação do percentual não fica ao arbítrio exclusivo do embargado credor, mas sim à sua flutuação no mercado. Trago ainda a colação o seguinte aresto:

“Superior Tribunal de Justiça - STJ. RECURSO ESPECIAL Nº 439.882 - RS (2002/0065584-0) - Brasília (DF), 22 de maio de 2003(Data do Julgamento). RELATOR: MINISTRO CASTRO FILHO - RECORRENTE: BANCO DO BRASIL S/A. - RECORRIDO: BERGAMIN PALUDO E COMPANHIA LTDA EOUTROS. EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO AOS ARTIGOS 458 E 535 DO CÓD. DE PROC. CIVIL NÃO CARACTERIZADA. CONTRATO DE CONFISSÃO DE DÍVIDA. LIMITAÇÃO DOS JUROS. CDC. INAPLICABILIDADE. LEI Nº 4.595/64. LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. COBRANÇA NO INADIMPLENTO. POSSIBILIDADE. TBF. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA. AFASTAMENTO. I - Inexiste a alegada violação ao artigo 535 do Código de Processo Civil, eis que os temas foram devidamente analisados, não tendo o condão de macular a decisão, a ponto de anulá-la, o fato de não ter o tribunal encontrado a solução buscada pelo recorrente. A negativa de prestação jurisdicional nos embargos declaratórios só se configura quando, na apreciação do recurso, o tribunal de origem insiste em omitir pronunciamento sobre questão que deveria ser decidida e não foi, o que não corresponde à hipótese dos autos. II - Embora seja pacífico o entendimento desta Corte no sentido da aplicabilidade das disposições do Código de Defesa do Consumidor aos contratos bancários, no que se refere à taxa de juros, prepondera a legislação específica, Lei nº 4.595/64, da qual resulta não existir para as instituições financeiras a restrição constante da Lei de Usura, devendo prevalecer o entendimento consagrado na Súmula 596 do Supremo Tribunal Federal. III - Consoante entendimento da egrégia Segunda Seção deste Tribunal, é admissível a cobrança da comissão de permanência no período de inadimplência, não cumulada com a correção monetária, nos termos da Súmula 30 da jurisprudência da Corte.”

Assim, e considerando que o STJ já se debruçou sobre o tema em inúmeras oportunidades, não reconhecendo qualquer



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

“inconstitucionalidade”, segue-se essa linha para afastar a alegação trazida nos embargos.

Não há abusividade, pois as taxas pactuadas não são absurdas considerando-se a modalidade de contrato.

Da análise dos documentos de fls. 07/33 não se verifica qualquer ilegalidade e, dessa forma, assumida a obrigação, ela deveria ter sido cumprida.

Como isso não ocorreu, o deslinde é de rigor.

Ademais, e por fim, os embargantes, tendo a obrigação de custear a prova que pretendiam, quedaram-se inertes, deixando evidente que se conformaram com os elementos probatórios já trazidos. Eles, porém, afastam os pedidos iniciais, como já constou.

Assim, **JULGO PROCEDENTE** o pedido inicial para constituir, de pleno direito, o título executivo judicial, convertendo-se o mandado inicial em mandado executivo e prosseguindo-se na forma do artigo 475-J, do CPC.

O valor pretendido na inicial (R\$ 324.248,46) será acrescido de correção monetária (desde a distribuição) e juros de mora de 1% ao mês (desde a citação), custas e despesas processuais.

Os requeridos arcarão, ainda, com o pagamento de honorários advocatícios que fixo em 10% sobre o valor atualizado da condenação.

Transitada em julgado, e decorrido o prazo de 15 dias sem que tenha havido pagamento espontâneo, apresente o patrono do autor planilha atualizada do débito, nos termos do art. 475-B e 475-J, do CPC,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

consignando os índices utilizados e datas iniciais e finais de consideração dos cálculos, com o acréscimo da multa de 10%, requerendo o que entender pertinente

Caso não haja pagamento, o exequente indicará bens do executado aptos à penhora (no prazo de 10 dias) e expedir-se-á mandado para a penhora, remoção, avaliação, sendo que a intimação se fará nos termos do § 1º, do art. 475-J, do CPC.

Ocorrendo o depósito do valor do débito exequendo sem que o executado ressalve seu direito ao exercício da impugnação, expedir-se-á mandado de levantamento para o exequente, expedição essa que ocorrerá no 5º dia útil após a intimação do exequente a respeito desse pagamento.

Deixando de ser feito o requerimento supra, suspendo o processo por prazo indeterminado.

PRIC

São Carlos, 16 de novembro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**